



e-I@tina. Revista electrónica de estudios
latinoamericanos
ISSN: 1666-9606
revista.elatina@gmail.com
Universidad de Buenos Aires
Argentina

Reinterpretando o Brasil: crítica ao paradigma “uspiano”

Pansardi, Marcos Vinícius

Reinterpretando o Brasil: crítica ao paradigma “uspiano”

e-I@tina. Revista electrónica de estudios latinoamericanos, vol. 17, núm. 67, 2019

Universidad de Buenos Aires, Argentina

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=496459743003>



Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Reinterpretando o Brasil: crítica ao paradigma “uspiano”

Reinterpreting Brazil: criticism of the paradigm “uspiano”

Marcos Vinícius Pansardi marcos.pansardi@ifpr.edu.br

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Resumo: O centro desta análise é a construção do atual paradigma sobre a criação do Brasil moderno, fruto de uma interpretação sobre a história do Brasil produzida por um grupo de intelectuais da Universidade de São Paulo (a chamada “interpretação uspiana”, construída em oposição ao paradigma anterior, chamado de “nacional-desenvolvimentista”). A questão central levantada por este trabalho é a de que, pese a real importância e renovação dos estudos sobre o Brasil que o paradigma “uspiano” promoveu, esses estudos carregam consigo a exclusão “teórica” dos setores populares de nossa história.

Palavras-chave: Interpretação uspiana, nacional-desenvolvimentismo, marxismo no Brasil, Revolução de 30.

Abstract: The center of this analysis is the construction of the current paradigm about the making of modern Brazil, product by a interpretation of Brazil's history created by a group of intellectuals at the University of São Paulo (the so-called “uspiana interpretation”, built in opposition to previous paradigm, called “national-developmentalism”). The central question raised by this work is that, despite the real importance of the study and renewal of Brazil that the paradigm “uspiano” promoted, these studies carry with exclusion “theory” of the popular sectors of our history.

Keywords: Uspiana interpretation, national-developmentalism, marxism in Brazil, Revolution of 30.

e-l@tina. Revista electrónica de estudios latinoamericanos, vol. 17, núm. 67, 2019

Universidad de Buenos Aires, Argentina

Recepção: 05/04/2018

Aprovação: 11 Outubro 2018

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=496459743003>

Em todo esse processo, de “passagem”, os escravos, os índios, os peões livres, os libertos, os “camponeses”, são as testemunhas mudas de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo sobre o qual operam as forças transformadoras da história. Sua luta, quando houve, nada teve em comum sequer com os chamados “rebeldes primitivos” da Europa. Pertencem às páginas dramáticas da história dos que não tem história possível.

Fernando Henrique Cardoso (1985: 112)

Introdução

Este artigo busca analisar a historiografia que se produziu sobre a Revolução de 1930. Revolução esta compreendida por autores marxistas como a revolução burguesa brasileira. Este estudo tem como núcleo compreender a constituição de um novo paradigma[1] sobre a história brasileira, paradigma este que surgiu a partir de críticas aos modelos da revolução nacional burguesa. Formulada ao longo dos anos 50, esta interpretação se inseriu numa corrente historiográfica reformista que teve como objetivo central, negar à Revolução de 1930 o *status* de

Revolução Burguesa. Esta corrente que se constituiu na Universidade de São Paulo (USP), será aqui denominada de “interpretação uspiana”, fruto da chamada “Escola Paulista de Sociologia”, que teve em Florestan Fernandes seu principal fundador e mentor.

As teses centrais desenvolvidas neste artigo remontam a minha tese de doutorado desenvolvida na UNICAMP em 2002, naquele momento as ideias desenvolvidas pela “sociologia uspiana” eram hegemônicas e ainda o são nos dias de hoje. Porém, nos últimos anos, surgiram autores que desenvolveram novas análises que se confrontam com esta hegemonia paulista, refiro-me aos trabalhos desenvolvidos por Jessé de Souza[2] e Nildo Ouriques[3].

Suas teses e as teses que eu desenvolvi não sofreram influencia mútua. Tema que espero poder desenvolver em texto futuro. As ideias que aqui desenvolvo e as que Souza e Ouriques seguem, por caminhos diferentes, a mesma linha de questionar este paradigma dominante, apontando seus limites teóricos e denunciando seu caráter ideológico.

Os dois autores seguem a minha linha de raciocínio ao relacionar o surgimento sociologia uspiana com um projeto de reconstrução da hegemonia da burguesia paulista após sua derrota para Vargas na chamada Revolução de '30.

Assim, para Souza (2017a):

Quando a elite paulistana perde o poder político para Vargas em 1930 –e perde para um movimento de classe média, que estava se formando no país naquela época–, ela começa a organizar um poder ideológico para condicionar o poder político a atuar conforme as suas regras. Isso foi dito, articulado, pensado. Esse pessoal já tinha fazendas de café, as grandes indústrias em São Paulo, já tinha controle sobre a produção material e aí constroem as bases para o poder simbólico –e a sociedade moderna vive desse poder simbólico. Essa elite cria a Universidade de São Paulo, que vai formar professores de outras universidades e que vai produzir conceitos importantes para que essa elite.

Também para Ouriques (2014, 37):

(...) [Florestan Fernandes] sempre soube que tanto a faculdade de Filosofia, Ciências e Letras quanto a escola Livre de Sociologia e Política, eram na verdade, um projeto do que denominou generosamente “liberalismo esclarecido” destinado a renovar o poder dos ‘estratos dirigentes das classes dominantes, empenhados na defesa da hegemonia paulista”.

Principalmente compreendem o lugar subordinado das classes populares na obra desta escola e, consequentemente, a visão distorcida do papel do populismo e de Vargas na política brasileira[4].

Por fim, acompanham minha leitura ao compreender que as ideias da sociologia uspiana formariam a base teórica que sustentaria o projeto “social-democrata dependente” dos governos do PSDB e do PT[5].

Importante reafirmar que a análise que aqui está exposta, apesar destes pontos em comum com os autores acima citados, segue um caminho próprio e original.

O surgimento da “interpretação uspiana” sobre a história do Brasil

O fim do século XX encontrou o Brasil dentro de um processo de reestruturação nas formas de produzir e reproduzir o capital. Globalização, flexibilização produtiva e outros conceitos chegaram ao Brasil declarando a falência do modelo produtivo vigente e do Estado que o moldava. O governo, autointitulado social-democrata, que se instaurou em nosso país em meados da década de noventa e nos conduziu na passagem do século (e do milênio) declarou o fim da era Vargas, o fim do Estado populista (e da política populista), o fim do estatismo, o fim do corporativismo, e o fim da esquerda tradicional (que teria sido herdeira e cúmplice desse modelo). Caberia, assim, à nova esquerda social-democrata reinventar o Estado, o mercado, destruindo esse passado que nos impediria de adentrar ao mundo globalizado, e com ele à modernidade.

O homem que esteve à testa deste governo e que se propôs realizar este projeto foi Fernando Henrique Cardoso (presidente do Brasil de 1994 a 2002), um ilustre sociólogo que nasceu no berço acadêmico da luta contra essa herança populista. Foi, portanto, na USP (Universidade de São Paulo) –a mais importante universidade brasileira–, na década de 60, que se gestaria a crítica mais contundente contra aqueles teóricos que, na visão destes “uspianos”: transformaram uma política de Estado (o populismo) em uma interpretação sobre o Brasil.

A leitura do texto de Roberto Schwarz (1995), sobre a formação da interpretação “uspiana” sobre o Brasil, ajuda-nos a entender a sua origem. Assim, a USP foi uma instituição criada a partir da derrota das elites paulistas na chamada Revolução Constitucionalista de 1932 (movimento armado contra o governo Vargas) sendo parte de um projeto de recondução dessa elite (ou de frações dessa elite) ao poder federal. Assim sendo, desde o início a USP representou um foco de resistência e de crítica à política populista de Vargas (Caio Prado Jr., historiador e membro do PCB, que poderia ser considerada o “pai teórico” das formulações “uspianas”, apesar de não ser dos quadros da USP, foi um descendente direto da elite paulista).

Este projeto ficou a cargo de um setor da burguesia paulista, atormentada com a crise econômica de 29 e seu subsequente reflexo político que desembocou na Revolução de 30 assim como seus terríveis desdobramentos com a Revolução Constitucionalista de 1932, que impôs uma traumática derrota as elites de São Paulo.

Ao analisar esta derrota, setores intelectualizados desta elite compreenderam que a essência desta estava no desconhecimento da realidade brasileira. São Paulo não entendia o Brasil, sua derrota não foi militar, não foi uma derrota econômica, foi antes uma derrota intelectual[6].

A busca pela retomada da hegemonia paulista, assim, não seria dada pela via das armas e sim pela ciência. E a sociologia teria um papel privilegiado neste caminho[7].

O estado de São Paulo era (e ainda é) o estado mais rico da federação, o estado mais desenvolvido, era onde as instituições de um capitalismo industrial estavam já se tornando centrais no seu processo de desenvolvimento. O projeto hegemônico desta elite intelectual-industrial tinha que se defrontar com a velha elite cafeicultora, ainda dominante, mas fruto de um Brasil que deveria ser deixado para trás. Um velho Brasil rural, patriarcal, patrimonialista, escravocrata e senhorial.

A construção deste novo projeto hegemônico, no sentido gramsciano, se organiza a partir da criação de novas organizações que seriam a base de sua luta: a constituição do Partido Democrático Paulista em 1925, a FIESP (Federação das Industrias do Estado de São Paulo), em 1931, o IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), em 1931, a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), em 1933 e finalmente a USP, em 1934. Foram nessas instituições que este projeto se delineou: a construção de um Brasil moderno.

É assim que, na USP do final dos anos '50 e no início dos anos '60, nasce um grupo de intelectuais marcados duplamente pelo distanciamento das lutas políticas imediatas e pelo desejo de conhecer o Brasil. Fazendo uma releitura do marxismo –originária de um grupo de estudos sobre *O Capital*– buscando se desvincular do marxismo oficial produzido pelo PCB, recebendo influência imediata de Florestan Fernandes e recuperando as análises heterodoxas de Caio Prado Jr., esse grupo trouxe para si a tarefa de revolver a herança teórica da esquerda nacional. Este grupo foi determinante para o desenvolvimento teórico e profissional da sociologia no Brasil. Foi também o grupo que desenvolveu a interpretação hoje hegemônica sobre a história brasileira.

Esta interpretação teve origem na crítica ao conceito marxista da “revolução burguesa brasileira”. Para os “uspianos” a leitura marxista clássica brasileira concebia a existência de um modo de produção pré-capitalista no Brasil (seja ele o moderno escravismo, o feudalismo, ou uma combinação dos dois) e, portanto, a existência de uma revolução burguesa nacional, esta teria acontecido na chamada “Revolução de '30”.

Assim, este grupo buscava criticar a visão dominante da esquerda oficial pecebista: a interpretação “nacional desenvolvimentista”, que tendo suas origens na década de '20, orientou a visão política da esquerda até o fatídico desfecho de 1964.

Os “vilões” da história política brasileira deixam de ser as classes dominantes rurais (latifundiários) e o imperialismo (primeiro britânico e, posteriormente, norte-americano) e passaram a ser as elites patrimonialistas, os militares, o populismo e o próprio PCB.

Assim, com o golpe militar de 1964, a derrota brutal da esquerda, dos setores populares e nacionalistas detonou uma crise política e teórica no campo da esquerda. Crise esta que colocou a nú as deficiências deste modelo desenvolvimentista, e também, da ideologia que o acompanhava. Ao acertar as contas com seu passado, a esquerda tratou de buscar as origens de seus erros.

Primeiras interpretações marxistas

A primeira e paradigmática interpretação sobre a Revolução de '30, paradoxalmente, nasceu seis anos antes da própria revolução ter início. Esta revolução foi prevista, ainda em 1924, pelo dirigente comunista Octávio Brandão[8], que escreveria um ensaio, nem tanto para dar uma interpretação da história brasileira, mas principalmente, para analisar a conjuntura da época, com objetivo de organizar a ação do partido. Preocupado em arrolar as tarefas a serem desempenhadas por seus militantes na futura revolta –que ele considerava inevitável– construiu para isso um pano de fundo sobre a sociedade brasileira que perduraria como a base de interpretação hegemônica na esquerda brasileira até o início dos anos sessenta.

Assim, o Brasil, na visão de Brandão, era um país agrário, feudal, construído em cima da servidão dos campos e sertões, com franjas industriais concentradas nos grandes centros urbanos. As revoltas militares (“tenentistas”) dos anos '20 estariam anunciando o amadurecimento de um processo que desembocaria fatalmente na revolução burguesa brasileira.

Ao contrário, a concepção que seria a posterior base teórica da concepção “uspiana” teve como obra chave o livro *A revolução brasileira* (1966) onde Caio Prado Jr. retomou a ideia do “capitalismo colonial”, tese esta que, segundo seus comentadores, teria sido desenvolvida em suas obras anteriores[9]. Negou, nestes textos, a existência de qualquer modo de produção diferente do capitalismo em nossas terras. Não houve feudalismo, nem escravismo, apenas formas particulares no desenvolvimento da exploração capitalista em nosso país. Portanto, não haveria necessidade de uma revolução burguesa. As críticas de Caio Prado Jr. se dirigiam especificamente as interpretações do PCB, que foram analisadas tendo como fontes básicas os documentos oficiais do partido.

Contudo, a construção de um projeto de desenvolvimento nacional, chamado de “nacional-desenvolvimentismo”, apenas tornar-se-ia visível, a partir da redemocratização do país no final da década de '40, e também com a inserção legal do PCB no jogo político nacional.

Ao amálgama entre a esquerda comunista e os governos populistas somou-se a produção teórica do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros); em verdade, um agrupamento heterogêneo criado pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que tinha como eixo temático de seus estudos o problema do desenvolvimento, tendo dentro dos seus quadros o homem que seria visto pelos “uspianos” como o intérprete mais importante do “nacional-desenvolvimentismo”, Nelson Werneck Sodré.

A consolidação do paradigma “uspiano”

Caberia a Paula Beiguelman a primeira tentativa de analisar a obra de Sodré. Para essa autora, Sodré reproduziu acriticamente a sequência dos modos de produção em terras brasileiras, como no modelo europeu. Ou

seja, trabalhou com o binômio economia e política, a partir da sequência “escravidão-monarquia; latifúndio-república (descentralizada); sistema implantado com a Revolução de ‘30”. Sequência esta construída a partir de uma transposição puramente analógica (metafórica, mesmo) do esquema marxista ortodoxo “escravidão-feudalismo-capitalismo”.

Posteriormente desenvolvida por várias mãos (Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Francisco Weffort, entre outros) essa crítica se consolidaria no início dos anos 70 no livro paradigmático de Boris Fausto (1984) *A Revolução de 1930. Historiografia e História*, que mudou definitivamente o eixo de nossa historiografia sobre o Brasil republicano.

Nesse livro auspicioso –estando na 17ª edição– ganhou fama por contrariar frontalmente a interpretação pecebista que tinha como centro a ideia da revolução burguesa no Brasil. Ao negar o caráter revolucionário do movimento de ‘30, Fausto nos apresenta uma história republicana que se caracterizaria pela continuidade de suas elites, pela sua dominação autoritária e pela manipulação das massas populares. O sucesso desse livro se deve assim, ao seu duplo caráter, de um lado apontando a fraqueza teórica das interpretações marxistas “ortodoxas” e, por outro, pela denúncia do autoritarismo das elites brasileiras, sempre travestido nas ideias de “progresso” e “revolução” (exemplos disso são a própria Revolução de ‘30, bem como a chamada “Revolução” de ‘64).

Produto da conjuntura iniciada com a ditadura militar, o livro de Fausto, assim como o trabalho dos teóricos “uspianos” produziu um grande impacto sobre a esquerda brasileira e ainda precisa ser mais bem avaliado (sua influência na criação do Partido dos Trabalhadores - PT, por exemplo). Este papel na renovação dos estudos sobre o Brasil foi visto foi um divisor de águas na produção nacional.

Por outro lado, poderíamos levantar a hipótese que dessa interpretação sobre a realidade nacional, surgiu o projeto *dito* social-democrata, que foi posto em prática pelo governo FHC (e continuado posteriormente pelo governo Lula). Projeto este que viria em substituição ao esgotamento do desenvolvimentismo. O ponto central apontaria para modernizar o Estado, eliminando nosso passado populista, modernizando nossas elites (empresariais, políticas e sindicais).

Não é de se estranhar, assim, que boa parte da elite “uspiana” tenha encampado esse projeto, vide o apoio engajado de nomes como Francisco Weffort, José Arthur Giannotti, Leôncio Martins Rodrigues, Eunice R. Durham, e o próprio Fausto, entre outros. Todos eles, destacados intelectuais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP (Universidade de São Paulo), o que não significa dizer que toda essa elite tenha encampado esse projeto, na oposição de “esquerda” a este projeto encontramos, por exemplo, Paula Beiguelman, Octávio Ianni, Roberto Schwartz.

A questão central levantada por este artigo é a de que, pese a real importância e renovação dos estudos sobre o Brasil que o paradigma “uspiano” promoveu, esses estudos carregam consigo a exclusão teórica dos setores populares de nossa história. Sendo mais explícito, esse

paradigma desqualifica os setores populares –aí incluindo setores da classe média e os trabalhadores urbanos e rurais– como atores efetivos da história brasileira. Na sequência, é a própria história, entendida como um processo diacrônico e dialético, que é expulsa por esse paradigma.

A exclusão dos setores populares é uma consequência do caráter político-ideológico da interpretação “uspiana”, ou seja, de que a origem política desse paradigma remonta à luta das elites paulistas contra o centralismo varguista. Esse paradigma é uma leitura de esquerda do “anti-varguismo”, e posteriormente “antipopulismo”, que após a “Revolução Constitucionalista de 1932” foi incorporada pelas classes populares paulistas, aí incluindo o proletariado, que nunca incorporaram de maneira profunda o populismo de Vargas, vide a fraqueza histórica do PTB em São Paulo. Assim, a esquerda paulista, particularmente os trotskistas, mas também a esquerda socialista, oriunda do tenentismo ou não, e mesmo o PCB paulista, também foram muito refratárias às políticas populistas, bem ao contrário da leitura majoritária da esquerda no resto do país, particularmente do Rio de Janeiro.

Essa análise se traduziu pela incapacidade de compreender o populismo de maneira complexa, este sempre é visto como uma estratégia “maquiavélica” de corromper as massas, de reforçar a dominação das oligarquias arcaicas, de impedir a ascensão de grupos modernizantes, de impedir, a organização autônoma do proletariado, resumindo, de impedir o desenvolvimento nacional autônomo. Os setores populares, portanto, não poderiam existir politicamente, pois essa existência constataria a “adesão” aos valores do populismo, o que não poderia ser aceito pelos “uspianos”.

Por outro lado, a visão do “nacional-desenvolvimentismo” como algo que não fosse apenas “reposição do atraso”, ou seja, considerar que houve, no período, um progresso nas nossas estruturas sociais, políticas e econômicas. Assim, a luta de classes é abandonada em favor de uma interpretação onde há apenas um caminho para a história nacional, a história das suas elites. Na história do Brasil não há classes em luta, pois apenas temos as classes dominantes como sujeitos, os dominados não têm história e não foram protagonistas da nossa história, sendo atores passivos de um roteiro que eles não ajudaram a escrever.

As interpretações anteriores, aquelas produzidas pelo ISEB, ou por Nelson Werneck Sodré (1976), que analisaram a participação dos setores populares como “ativa”, ou que compreenderam a história brasileira incorporando a ideia do “progresso”, são desqualificadas como “ideologia”, como justificando, por via teórica, a política populista do Estado varguista, ou como justificativa da política “colaboracionista” do PCB. Mudando assim o enfoque historiográfico, da ação dos setores populares, para a ação das elites e do Estado.

É assim que, a incorporação das ideias de autores como Max Weber, ou Antônio Gramsci vai no caminho de focar as análises para os processos de dominação, ou dos fenômenos políticos, em contraposição aos fatores econômico-sociais do nosso desenvolvimento. Gramsci aqui aparece como o teórico das superestruturas, lido como o teórico da

hegemonia, que nesta interpretação exclui a participação das forças populares. Gramsci é visto sob a luz de Weber, o teórico da dominação, ou seja, das formas de legitimação do poder das elites. O próprio enfoque político muda, não são mais as condições para uma revolução nacional e socialista que se busca, mas sim as condições para a constituição de uma sociedade moderna, que se baseie num Estado democrático de direito.

É assim que Florestan Fernandes, o mais ilustre filho da sociologia científica uspiana, apesar de filho da população trabalhadora desprezada por esta elite, explica o surgimento e papel da sociologia naqueles anos.

Para este autor, enquanto o capitalismo patrimonial manteve-se intacto, o pensamento racional e científico não encontrou solo em que suas raízes pudessem germinar. Pois, esta ordem não admitia o livre-pensamento, ou seja, um tipo de pensamento que pudesse questionar as bases ideológicas da sua dominação. Além disso, havia o obstáculo do próprio meio cultural em relação a interpretações que abalassem as concepções tradicionais sobre a sociedade e o indivíduo, concepções essas que se baseavam na ordem e nos costumes longamente cultuados.

Com a abolição do trabalho escravo, o crescimento do mundo urbano, e o concomitante desenvolvimento da industrialização e a transição para o regime de classes sociais, o regime patrimonialista começa a se desagregar, erodindo as formas tradicionais de controle sobre os setores dominados da sociedade, permitindo pela primeira vez, que o pensamento independente desses setores se manifeste.

Segundo Florestan, a derrocada do regime senhorial equivale à revolução burguesa na Europa em relação ao papel no desenvolvimento do pensamento científico no Brasil. Contudo, se a Revolução Francesa marca o início do capitalismo na França, o mesmo não se pode dizer em relação à queda do regime patrimonial no Brasil, pois melhor seria falar em decadência da velha ordem que, se promoveu alterações nos campos econômico, jurídico e político, não promoveu mudanças imediatas e substanciais na estrutura social.

Na verdade, a desagregação da sociedade senhorial e escravista se fez sentir mais em algumas regiões do que outras, devido ao desenvolvimento desigual das regiões brasileiras. O pensamento racional e científico teve assim chance de surgir naquelas regiões em que o desenvolvimento industrial e a estrutura de classes se desenvolveram com mais rapidez, leia-se o estado de São Paulo.

Por outro lado, as elites intelectuais e políticas acreditavam que o simples advento do trabalho livre e da República seriam fatores suficientes para promover o desenvolvimento econômico, social e político. À frustração que se seguiu, a imobilidade da estrutura sócio-econômica produziu nessa geração a certeza de que os fatores que impediam o desenvolvimento nacional eram mais profundos do que se pensava. É assim que surgiu a crítica às instituições republicanas e a busca do conhecimento sobre o Brasil “real”, ao “ensaiismo bacharelista” e a busca de soluções “científicas” para os problemas nacionais. A sociologia iria germinar, portanto, onde o processo de desenvolvimento sócio-econômico estivesse mais adiantado. A ascensão das elites urbanas e

industrializantes foi o resultado mais visível dessa derrota, o que as levou a compreender de uma nova maneira, a situação dos interesses em formação. Compreendendo com acuidade as transformações estruturais em desenvolvimento, reconheceram a incapacidade de enfrentar os novos tempos. Sendo assim, deveriam educar-se e ao mesmo tempo, buscar soluções racionais e pacíficas para os problemas sociais que ameaçavam fugir do controle.

Assim, a sociologia se constitui a partir da substituição da análise histórico-sociológica pela investigação positiva, da introdução da pesquisa de campo como recurso sistemático de trabalho e da sua institucionalização nas nascentes universidades brasileiras[10].

A análise de Florestan é marcada pelo pensamento de Max Weber, o qual tem suas análises marcadas pelo estudo da ascensão da sociedade moderna e se caracteriza, essencialmente, pelo domínio da racionalidade tecno-burocrática capitalista. Por outro lado, Weber é um autor que centra suas análises políticas na atuação das elites, vistas por ele, como os atores fundamentais do jogo político. Para Weber, a sociedade moderna exige a constituição de uma elite racional, dotada de uma capacidade técnica para exercer o poder. Para ele, a elite dominante economicamente, deve ser também, a elite dominante politicamente, para isso ela deve ser capaz de incorporar os setores dominados em um projeto progressista de sociedade.

Compreender a construção teórica “uspiana” como uma busca de alternativas para nosso desenvolvimento econômico, como a construção de um projeto alternativo ao projeto populista do Estado varguista. Seria assim que, à racionalização do trabalho proposta pelos industriais paulistas, os “uspianos” respondem com a busca por uma sociologia científica, desvinculada do Estado, das relações conspícuas entre povo e governo. Seria assim que o Marx usado por estes é o teórico do desenvolvimento, não o crítico das relações capitalistas, mas o analista das condições de produção e desenvolvimento da sociedade capitalista. Os intelectuais “uspianos” eram, portanto, menos “marxistas” e mais “marxólogos”, buscavam menos o Marx revolucionário político e mais o analista científico. Os “uspianos” foram seduzidos mais pela sua superioridade teórica e menos pela sua abordagem política de crítica do capitalismo.

Seu modelo de modernidade era representado pelo capitalismo paulista, um capitalismo racional, industrial, com classes bem definidas e conscientes do seu papel; em contraste com o Brasil arcaico, do conluio das elites, do Estado oligárquico, das relações promíscuas entre classes populares e governo, representado pelo populismo “carioca”.

Foi assim que uma fração de intelectuais da USP construiu suas interpretações, sob o signo da criação de uma “sociologia científica” sobre o Brasil, pois, constataram o caráter ideológico das interpretações anteriores. Ou seja, à direita, sob a forma do “tropicalismo” de Gilberto Freyre, uma racionalização da política colonialista portuguesa, ou ainda sob a forma liberal-racista de um Oliveira Vianna, ou à esquerda, com a interpretação “pecebista”, que portaria uma semente duplamente viciada,

pela origem stalinista e pelo conluio “populista”, ou, por outro lado, na interpretação “isebiana”, pura ideologia do populismo de Estado. Para os intelectuais “uspianos” era a hora da substituição das análises amadoras, mesmo que bem intencionadas, pela profissionalização, pelos recursos técnicos e científicos que só a academia poderia proporcionar.

Separando radicalmente a ideologia da ciência, a partir de uma interpretação cientificista do marxismo (Fernandes, 1958), estes intelectuais negaram qualquer caráter de validade para as teorias que não fossem as suas próprias, assim não observaram o caráter ideológico de sua própria apropriação do Brasil. Seu marxismo se adaptaria aos interesses de domínio da burguesia liberal paulista, especialmente quando desqualificava o estado interventor populista, que era um obstáculo à dominação burguesa direta e sem intermediários[11].

Ao ataque à política populista somava-se uma crítica impiedosa ao papel das classes trabalhadoras, das classes médias e dos setores populares em geral. Em seus trabalhos, pois, a adesão irrestrita desses setores populares ao “paternalismo” populista, revela a sua fraqueza política, sua incapacidade de uma crítica radical às elites dominantes, sua aceitação como parceiro menor do pacto populista. Assim, os setores populares são acusados, por fim, de serem incapazes de direcionarem os rumos do nosso desenvolvimento.

Do outro lado, constata-se a “absurda” capacidade de manobra de nossas elites. Manipulando os setores populares a seu bel prazer, demonstrando uma capacidade inusitada de transformar seus conflitos internos (intra-oligárquicos) em rearranjos, onde todos, vencedores e perdedores se acomodam a cada novo pacto de dominação. A cada um desses rearranjos estaria demonstrada sua capacidade em liderar a sociedade brasileira, pois, a cada um desses movimentos espasmódicos de acomodação elitista, recolocavam e reforçavam sua dominação sobre os de baixo, impondo, além disso, sua dominação ideológica, pois esses movimentos de conservação, eram encobertos sob termos como, “revolução” ou “modernização”.

Nessa “modernização conservadora”, sempre reproduzida em nossa história, era o segundo termo que imperava sobre o primeiro. A burguesia nacional, portando, sempre interessou, acima de tudo, a manutenção do seu domínio, mesmo que isso custasse o desenvolvimento da nação como um todo. Assim, Fernando Henrique Cardoso, compreendeu que a única forma possível de desenvolvimento nacional, capitaneado por essa burguesia, seria o desenvolvimento subordinado e associado aos interesses imperialistas, pois o motor de nossa modernização só poderia ser, como sempre foi, exógeno.

O livro de Fausto é o momento crucial desta nova interpretação sobre o Brasil, apesar deste autor negar que seu texto construísse uma nova “teoria” sobre o Brasil, afirmando buscar a crítica, a negação das teorias precedentes.

É assim que este autor constatou a ação predatória das nossas elites, da sua extensa capacidade de articulação interna, e de sua permanente atuação com o objetivo de desarticular qualquer manifestação de

organização independente das classes subalternas. O Estado nacional foi usado, não apenas como local privilegiado para maximizar os lucros, mas também, e principalmente, para eternizar a dominação destas elites sobre os setores populares. Nesta interpretação, nossa história se resume a um eterno jogo de elites, onde os momentos passíveis de ruptura são substituídos por acordos, conchavos.

Portanto, a chamada “Revolução de 1930” seria então, apenas mais um momento de acomodação, ou seja, não houve uma revolução, mas apenas um rearranjo de elites, momento esse recorrente em nossa história política onde as mudanças, os avanços se dão, não por rupturas com o passado, mas sim com um amálgama entre o novo e o velho, novas elites são incorporadas sem que as velhas sejam desalojadas do poder.

Momentos estes em que, invariavelmente, o povo é utilizado como massa de manobra nestas disputas. O movimento histórico se resume a uma “pseudomodernização” ou “modernização conservadora”, onde o atraso, mais do que o moderno é posto e reposto, sempre tendo como fundamento o isolamento do elemento popular e a disputa intra-elites. Não há uma história nacional compreendida a partir da ideia de modernização, não há povo compreendido como ator dessa história. A única história possível é a história das elites.

Fausto encontrou as raízes do pensamento e da prática das esquerdas, que levaram ao final trágico da república populista, na política de conciliação de classes. Esta postura legitimou um “estado de compromisso” [12], que nada mais seria do que uma aliança conservadora (elites burguesas, exército, setores de esquerda e sindicalistas), que a custo de pequenas concessões trabalhistas e políticas, impediu a real entrada dos setores populares na política.

Enquanto a esquerda apostava em uma anacrônica revolução burguesa, conduzida por uma burguesia nacionalista e progressista em aliança com os setores combativos das classes populares, o processo real se materializava em outra aliança: a do Estado com setores modernizantes das classes dominantes (incluindo, de maneira subordinada os setores burgueses e excluindo os setores populares) [13].

Esta interpretação se tornou popular e atraente para a esquerda – pois esta procurava se reconstruir após a terrível derrota de 1964– não só por ser esta uma denúncia contundente da ação das elites, mas, principalmente, por acertar as contas do passado, com a sua própria herança, mais precisamente, com a atuação política do P.C.B. O discurso “uspiano” era atraente para aqueles intelectuais e militantes dispostos a fazer uma crítica radical do suposto passado “stalinista” de nossa esquerda. A crítica deixava claro o papel conivente dos comunistas na construção do populismo, visto agora simplesmente como uma forma de “dominação” burguesa; por transformar os setores populares (entre eles os trabalhadores) em “massa de manobra” das elites, através da ação do Estado populista. Era claro que a proposta que se abria a partir dessas críticas era mais atraente, porque mais radical e “clasista”. Postulava a independência das classes trabalhadoras, sindicatos livres da tutela do Estado, um partido surgido das próprias experiências populares, nada de

alianças escusas com as elites. Uma política centrada no confronto entre as classes essenciais da sociedade, proletariado e burguesia. Na tradução desse sentimento poderíamos ver as greves do ABC em 1968, o surgimento do novo sindicalismo e mais tarde a fundação da C.U.T. e do Partido dos Trabalhadores.

Intelectualmente, esse movimento produziu um ataque cerrado contra as posições representadas pelo ISEB, e seu teórico mais representativo, Nélson Werneck Sodré. Denunciando suas interpretações como mecanicistas e portadoras de um marxismo vulgar e economicista propuseram uma volta “purista” ao “O Capital”, o que pressupunha a refundação do marxismo no Brasil; a não contaminação com a herança marxista anterior, inexoravelmente contaminada pelo bacilo populista (e stalinista). Não é atoa que seu pai intelectual é Caio Prado Jr., que, apesar de comunista, sempre esteve na contracorrente teórica do partido. Esse marxismo “uspiano” significou uma leitura particular, no contexto brasileiro, recebendo também influência dos trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda e de Raymundo Faoro.

Ao compreender as interpretações “isebianas” ou “pecebistas” como ideologia, os intelectuais da USP transformaram o próprio povo em uma manifestação ideológica, sendo esta interpretação similar às interpretações conservadoras da década de 30 (que eles, por sua vez, julgavam estar presentes nas interpretações “nacional-desenvolvimentistas”), que também consideravam o povo brasileiro incapaz politicamente[14]. Ou seja, sua negação radical do populismo os levou à própria negação do povo como ator político consciente de nossa história. Na interpretação “uspiana” a nossa história não tem povo, e quando este aparece, como na Revolução de 1930, é como “massa de manobra” das disputas intra-oligárquicas. É esse caráter antipopular da interpretação “uspiana” que os aproxima dos intelectuais “fascistizantes” dos anos 1930. Como esses, os “uspianos” vêm nossa história como uma eterna acomodação entre elites[15].

Debatendo a “interpretação uspiana”

Teorias que posteriormente se produziram sobre a nossa história republicana vão reproduzir acriticamente, em linhas gerais, essa interpretação. A interpretação institucionalista aprofunda ainda mais essa visão ao superdimensionar o papel do Exército e do Estado, transformando-os nos únicos atores de nosso drama nacional. Ou seja, além do povo, as elites também são deslocadas do centro do palco nacional.

Esse paradigma “uspiano” é tão presente que é retomado até mesmo nas interpretações mais a sua esquerda, que apenas atingem esse paradigma em seus pontos secundários. Assim, os “gramscianos” atacam a interpretação “uspiana” por esta não compreender o caráter revolucionário de 1930 (Vianna, 1997). Como um momento de construção do capitalismo industrial moderno do Brasil, contudo, incorporam a leitura “weberiana” de Gramsci, feita por Fausto. Assimilam “hegemonia” com “dominação”

e mantém, portanto, as classes subalternas fora de nossa história, o que, aparentemente, deveria contrariar as lições de Gramsci, pois, para este, quanto mais complexa e absoluta a dominação capitalista (burguesa) mais se abre, potencialmente, o espaço para a contra-hegemonia das classes subalternas.

Contudo, a obra de Fausto, que originalmente, como vimos, era uma crítica às interpretações marxistas ortodoxas, mas que procurava se manter no próprio campo do marxismo, foi suficientemente profícua para produzir argumentos para uma crítica ao seu próprio trabalho.

Fausto viu os acontecimentos de 1930 a partir de uma leitura particular do fenômeno do bonapartismo. A incorporação dos setores médios ao Estado de compromisso, não se fez a partir de uma aliança tática entre setores dominantes e setores populares, e sim que os grupos que sobem ao poder em nome do povo, fizeram uma representação que, em realidade, se fez no interesse dos próprios setores dominantes. Explica-se, portanto, o novo tipo de Estado devido aos “efeitos pertinentes” sobre este promovido pelas classes médias, que só podiam ser compreendidas como fazendo parte do novo bloco do poder como classe de apoio, ou seja, não foi ela que fez a revolução, nem a que recebeu seus principais benefícios, mas sim foi base da legitimidade do Estado. Fausto reduziu o papel dos setores populares a “base de massa” do jogo entre as elites dominantes.

Para Fausto, só é possível compreender a ideia de mudança, sob o termo de Revolução se, a nível econômico, houver uma alteração das relações de produção, ou na instância política, a substituição *imediata* de uma classe ou fração de classe do poder.

Contudo, é possível conceber a revolução como um processo, onde as mudanças se dão, não por uma ruptura *imediata* da estrutura social, mas sim por uma série de rupturas, que vão destruindo a velha estrutura e abrindo o caminho para ao aparecimento de uma nova estrutura. Se for verdade que 1930 não foi uma revolução burguesa, compreendida como momento demiúrgico, onde de um só golpe o passado é enterrado e o futuro se instala, podemos, entretanto, a partir da ideia de processo, compreender que a revolução burguesa tem seu momento crucial nos acontecimentos de 1930, tendo, no entanto, iniciado antes e acabado posteriormente a esses acontecimentos.

A interpretação de Fausto exige que 1930 mostre credenciais para ser uma Revolução que, mesmo a Revolução Francesa de 1789 –o paradigma de todas as revoluções burguesas– não apresentou.

Para uma interpretação mais lúcida do processo revolucionário, em que a Revolução Francesa foi o maior exemplo, nos apoiamos do texto de Hobsbawm (1996). Para o autor, a Revolução de 1789 foi uma revolução burguesa mesmo que se objete que: a) não havia uma classe burguesa consciente desejando fazer uma revolução e tomar o Estado em suas mãos; b) que não havia classes de burgueses e de nobres distintas e antagônicas lutando pelo poder; c) de que ao final do processo a maior beneficiada ainda era a elite agrária; e, finalmente, de que, d) a revolução não impulsionou *imediatamente* o capitalismo industrial.

Para Hobsbawm, ao se alegar a falta de importância histórica da Revolução Francesa, o que os revisionistas almejam, na realidade, seria negar o papel do povo na história, a capacidade deste em tomar para si as rédeas da história, sua capacidade em mudar os rumos da sociedade. Afinal, a grande lição da Revolução Francesa teria sido exatamente essa.

Citando Hobsbawm (1996: 126): “Quando o povo interveio (...), transformou o conflito entre elites em algo muito diferente, quando muito por terem trazido, em questão de semanas, o colapso do poder e da administração do Estado e do poder da classe dominante rural do campo”. Se isso foi a essência da Revolução Francesa, pouco poderíamos acrescentar contra a pretensão de se apresentar 1930 como fazendo parte primordial do *processo* da Revolução Burguesa no Brasil. Assim também, se consideremos adequadas a transposição desta citação para os eventos de 1930, temos uma adequada imagem do papel crucial dos setores populares naqueles episódios, pois sem eles o conflito de elites seria apenas uma acomodação política, com eles o conflito se transformou em um processo revolucionário.

Assim, como os trabalhos de Cláudio Cavalcanti (1996) e de Brasília Ferreira (1992) demonstram não se pode negar o objetivo da nova elite, surgida em 1930, como sendo o de subjugar, em controlar o movimento popular, contudo, deve-se compreender que os instrumentos utilizados não são a “demagogia mais violência” e sim instrumentos vistos como legítimos aos olhos dos próprios trabalhadores, como as leis trabalhistas e os sindicatos corporativistas. Ao contrário do que gostariam os “uspianos” os trabalhadores não foram simplesmente iludidos ou reprimidos pelo Estado populista. O próprio Estado e seu governante são vistos como legítimos perante os trabalhadores.

A própria relação entre Estado e os trabalhadores, testemunhada pelos autores citados acima, demonstra que a legitimação do novo Estado pressupunha, para os próprios trabalhadores, a legitimação da sua própria ação, independente da ação estatal. É dessa ambiguidade que se constrói o movimento dos trabalhadores no Brasil, e sua relação com o Estado que se chamou de “populismo”.

É importante observar a contribuição de Décio Saes (1985), compreendendo a existência de duas revoluções (uma econômica e outra política) dentro da mesma Revolução Burguesa. Ao enfatizar a importância do fator político, não cai na tentação de reduzir o processo de passagem a uma longa mudança molecular. A revolução política burguesa é então um processo mais rápido, e se não transforma a sociedade do antigo regime em capitalista em um sentido amplo, fornece a base sem a qual este não pode se consolidar. A revolução política burguesa é ainda uma Revolução Burguesa inconclusa, mas tornou a mudança um caminho sem volta, a partir dela o capitalismo está sem amarras para se desenvolver. Para Saes a revolução política burguesa aconteceu em três momentos: a Abolição de 1888, a Proclamação de 1889 e a Constituinte de 1891. Findo este período, o Estado burguês está plenamente constituído.

Minha leitura procurou mostrar que, ao contrário da interpretação de Saes, o Estado burguês só está plenamente constituído, a partir de 1930.

O Estado da República Velha não era um Estado da “classe burguesa em geral” e sim, um Estado de uma fração desta classe.

Conclusão

Em meu livro (2009) procurei demonstrar que, a partir das teses de Saes (1985) e de Forjaz (1977), pode-se reconstruir uma interpretação marxista da história do Brasil que não caia nos enganos do mecanicismo nem do economicismo, sem, contudo cair em erro semelhante, ao se superdimensionar o campo político (ou do Estado). O que nos levaria fatalmente a redimensionar o papel e as relações deste mesmo Estado, das elites e das classes subalternas, dando o devido peso à atuação destas últimas. Peso este que foi decisivo para redirecionar de maneira progressista, o caminho conservador construído pelas nossas elites. Assim, o populismo deveria ser visto, de uma maneira mais complexa, não apenas como mais uma forma de dominação burguesa, mas como uma maneira contraditória com que as classes populares se organizaram e encontraram seu espaço na sociedade republicana brasileira.

Os conceitos gramscianos nos ajudam a pensar esta passagem ao conceber dois tipos de Estado sob o capitalismo, o Estado dominante e o hegemônico. Sendo a passagem do primeiro para o segundo a marca política da consolidação de uma sociedade capitalista moderna. Os fatos de 1930 nos mostram que a constituição do Estado hegemônico foi o seu resultado mais concreto. A Revolução de 1930 foi assim o momento conclusivo da revolução política burguesa no Brasil.

Bibliografia

- Beiguelman, P. (1966): "A propósito de uma interpretação da História da República", in: *Revista da Civilização Brasileira*.
- Brandão, O. (Mayer, F.) (1926) *Agrarismo e Industrialismo*. Buenos Aires (?), (S.E.).
- Cândido, A. (1999) A faculdade de filosofia mudou o panorama cultural. *Revista da ADUSP*, Junho.
- Cardoso, F. H. (1996) FHC põe suas ideias no lugar. *Caderno Mais. Folha de São Paulo*, 13 outubro.
- Cardoso, F.H.. (1975) *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- Cavalcanti, C. A. de Vasconcelos. (1996) *As Lutas e os Sonhos: Um estudo sobre os trabalhadores de S. Paulo nos anos 30*, Tese de Doutorado (mimeo), FFLCH, USP.
- Decca, E. de. (1981) *O silêncio dos vencidos*. SP, Brasiliense.
- Fausto, B.(1984) *A Revolução de 30: História e Historiografia*. S. Paulo: Brasiliense (1970).
- Fausto, B. (1988) Estado, trabalhadores e burguesia. *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 20.
- Fernandes, F. (1958) *A etnologia e a sociologia no Brasil*. São Paulo: Anhembi.

- Ferreira, B. C. (1992) *Trabalhadores no Nordeste: Práticas Consentidas? 1930-1935*, (mimeo), Tese de Doutorado em Sociologia, SP, FLCH, USP.
- Forjaz, M. C. Spina. (1977) *Tenentismo e Política: Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- Hobsbawm, E.J. (1996) *Ecos da Marselhesa: Dois séculos reveem a Revolução Francesa*. S. Paulo: Companhia das Letras.
- Kuhn, T. S. (1992) *A estrutura das revoluções científicas*. S. Paulo: Perspectiva.
- Manifesto de Fundação da ELSP (1933). Manifesto de Fundação Escola Livre de Sociologia e Política. https://www.fespsp.org.br/inst_institucional/10/institucional/manifesto
- Ouriques, N.(2014). *O colapso do figurino francês: crítica às ciências sociais no Brasil*. Florianópolis: Insular.
- Pansardi, M. V. (2009) *Reinterpretando o Brasil: Da Revolução Burguesa à Modernização Conservadora*. Curitiba: Juruá.
- Prado Jr. C. (1942) *A formação do Brasil contemporâneo*. S. Paulo: Brasiliense.
- Saes, D. (1985) *A formação do Estado Burguês no Brasil: 1888 – 1891*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- Schwarz, R. (1995) Um seminário de Marx. *Folha de São Paulo. Caderno Mais*, 8 de outubro.
- Sodré, N. W. (1976) *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (1962).
- Souza, J. (2017a). É preciso explicar o Brasil desde o ano zero. *Revista Cult*; 19 outubro.
- Souza, J. (2000) *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- Souza, J. (2003) *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- Souza, J. (2017b) *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya.
- Vianna, L. W. (1997) *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
- Weffort, F. (1978) *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.

Notas

[1] Dos usos da palavra paradigma nos interessa apenas aquele que designa uma teoria que se torna a referência de interpretação sobre determinado tema, vide a obra de Thomas S. Kuhn (1992).

[2] Entre suas principais obras podemos citar: *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro* de 2000; *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica* de 2003, entre outras. O autor retornaria ao tema em 2017 com *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*.

[3] *O colapso do figurino francês: crítica às ciências sociais no Brasil*, de 2014.

[4] Ouriques (2014, 119); Souza (2017a).

[5] Ouriques (2014, 37); Souza (2017a).

[6]“É evidente que este estado de coisas, não obstante a ilusão de alguns sonhadores de panacéias, não deriva de um fator único, suscetível de exame e solução tranquilizadora. Vários e diferentes são os fatores, cada qual de maior ou menor efeito corrosivo. Dentre eles, entretanto, destaca-se naturalmente por seu caráter básico, a falta de uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos, ao par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender, antes de agir, o meio social que vivemos.

(...) Está na consciência de todos essa grande falta. Ainda há pouco, na guerra civil desencadeada em nosso Estado, e também agora, na luta para refazer-se dos efeitos dessa guerra e das aflições que a antecederam, o povo sente-se mais ou menos às tontas e vacilante. Quer agir, tem vontade de promover algo de útil, cogita de uma renovação benéfica mas não encontra a mola central de uma elite harmoniosa, que lhes inspire confiança, que lhe ensine passos firmes e seguros.

(...) A história universal encerra exemplos de grandes civilizações construídas sem base na instrução popular. Mas não há exemplo de civilização alguma que não tivesse por alicerce elites intelectuais sábia e poderosamente constituídas” (Manifesto de Fundação da ELSP).

[7]Neste caso, não se diferencia de sua origem europeia, ligada a um projeto reformista de restabelecer a ordem capitalista. A sociologia era naquele tempo, considerada a Ciência das Ciências, similar à ideia de modernidade (Ianni, 1988).

[8]Concluído sua parte principal em 1924 e publicado em 1926, o livro *Agrarismo e Industrialismo*, foi escrito sob o nome fictício de Fritz Mayer e indicando falsamente sua impressão em Buenos Aires, tudo isso para despistar a polícia, como sempre nos calcanhares de Brandão.

[9]Particularmente, C. Prado Jr (1942). *Formação do Brasil Contemporâneo*. Contudo, este termo, em realidade, nunca aparece seus escritos deste período.

[10]Os artigos em que Florestan analisa as origens da sociologia paulista foram organizados no livro: *A etnologia e a sociologia no Brasil*, de 1958.

[11]Anos depois, fazendo uma corajosa auto-crítica, Antonio Cândido (1999: 36) escreveu: “No Brasil o mito da elite esclarecida levando o povo para o caminho do saber foi em grande parte uma ilusão. Como elite, falhamos sob este aspecto, embora tenhamos cuidado bem do nosso próprio saber”.

[12]Conceito originalmente desenvolvido por F. Weffort (1978).

[13]Fausto aborda esse tema em um posterior artigo (1988), onde levanta uma bibliografia sobre a modernização em países do capitalismo tardio, em especial os trabalhos de Barrington Moore Jr, procurando apoio para sua tese da não existência de uma revolução burguesa como fator necessário para o desencadeamento de processos modernizantes em países deste tipo.

[14]Fernando Henrique Cardoso acentua que há casos históricos em que grupos sociais são desvãos da história, ou seja, não têm papel nenhum no desenvolvimento social, o que significaria que nem sempre os excluídos são os portadores do futuro. Não seria o caso de perguntarmos se as classes médias e populares da República Velha não seriam concebidos como *desvãos* e, portanto, incapazes de produzirem uma Revolução mesmo essa concebida como um processo? Veja-se entrevista de Fernando H. Cardoso (1996).

[15]O modelo “uspiano” é tão influente que mesmo um autor identificado com uma visão mais à esquerda (possivelmente com influências trotskistas), como Edgar De Decca (1981) *O silêncio dos vencidos*, não consegue romper com aquela interpretação, pois seu trabalho confirma a inexistência de uma Revolução em 1930. Não só esta não foi uma Revolução, mas foi verdadeiramente uma contra-revolução, contra o assenso das classes populares.